

MESA DIRETORA FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Coronel Chagas
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputada Aurelina Medeiros

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Marcelo Natanael

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Âguida Portella
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Erci de Moraes
Deputado Soldado Sampaio
Deputado George Melo

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Jean Frank

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Célio Wanderley
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Rodrigo Jucá
Deputado Remídio Monai

Atos Administrativos

Resoluções de Férias nº 1561 e 1562/2012 - DGP 2

Resolução de Afastamentos nº 487/2012 2

Atos Legislativos

Resolução da Mesa Diretora nº 024/2012 2

Ata da 2162ª Sessão Ordinária - Sucinta 3

Ata da 2150ª Sessão Ordinária na Íntegra 5

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

 Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
 Telefone: (95) 3623-6665

 ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
 Gerente de Documentação Geral

 VICTOR TAVARES PIRO
 Diagramação

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 1561/2012-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR a ESCALA DE FERIAS, referente ao mês de Novembro de 2012, do servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antonio Martins, 29 de novembro de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretario

Anexo da Resolução Novembro nº 1561/2012 Escala de Férias/ALE/RR

NOME	EXERCICIO	INICIO	FIM
Linara Roque Ferreira	2012/2013	01/11/2012	30/11/2012
Maria Nazaré Carvalho Reis Oliveira	2011/2012	05/11/2012	04/12/2012
Onete Campos Wanderley	2010/2011	05/11/2012	04/12/2012
Maraiza dos Santos Lendengue	2011/2012	26/11/2012	25/12/2012
Valéria Santos Chaparro	2011/2012	26/11/2012	25/12/2012

RESOLUÇÃO Nº 1562/2012-DGP
A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º APROVAR a ESCALA DE FERIAS, referente ao mês de Dezembro de 2012, do servidor da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, conforme relação anexa:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antonio Martins, 29 de novembro de 2012.

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretario

Anexo da Resolução Dezembro nº 1562/2012 Escala de Férias/ALE/RR

NOME	EXERCICIO	INICIO	FIM
Abraão Rodrigues Borges	2010/2011	20/12/2012	18/01/2013
Antônia Luciene Pereira Albuquerque	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Carlos Ney Oliveira Amaral	2010/2011	19/12/2012	17/01/2013
Caroline Fernandes Correia	2010/2011	03/12/2012	01/01/2013
Celene Maria de Oliveira	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Celio do Nascimento Soares	2010/2011	03/12/2012	01/01/2013
Cristiane Rego Lima	2011/2012	15/12/2012	13/01/2013
Danise Pereira Alves da Silva	2011/2012	10/12/2012	08/01/2013
Diana Maria de Alencar Amorim	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Edmilson Macedo Sousa	2010/2011	18/12/2012	16/01/2013
Ednaldo Soares de Mendonça	2012/2013	26/12/2012	24/01/2013
Eduarda DeckmannPeukert	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Elenilton Carvalho Machado	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Elói Barbosa da Silveira	2011/2012	13/12/2012	11/01/2013
Erivan Ferreira da Silva	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Fabiana da Silva Costa	2010/2011	17/12/2012	15/01/2013
Fernando Pinheiro dos Santos	2009/2010	01/12/2012	30/12/2012
Francisca Elena Martins	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Francisco Pinheiro dos Santos	2009/2010	01/12/2012	30/12/2012
Guêzega Costa de Oliveira	2011/2012	26/12/2012	24/01/2013
Helder Figueiredo Pereira	2011/2012	20/12/2012	18/01/2013
Ilamaria Vieira Oliveira	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Janaína Cavalcante	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
João Paulo de Carvalho Silva	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Joyciane da Silva Santos	2010/2011	03/12/2012	01/01/2013
José Vandert Maia	2011/2012	17/12/2012	15/01/2013
José Raimundo Rodrigues Silva	2010/2011	03/12/2012	01/01/2013
JulyannaHolsbach Pinheiro	2011/2012	10/12/2012	08/01/2013
Lana Jessica Conceição Leite de Brito	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Liliane BrigliaPláia	2011/2012	13/12/2012	11/01/2013
Luiz Carlos Bittencourt da Silva	2010/2011	01/12/2012	30/12/2012
Maitê Araújo Trigo	2011/2012	10/12/2012	29/12/2012
Manuela Dominguez dos Santos	2011/2012	18/12/2012	16/01/2013
Maria Laurinda do Rosário	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Marlen Mendes Lima	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Marluécia Correia Jurewisk	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Niclemar Melo Coutinho	2011/2012	17/12/2012	05/01/2013
Pablo Correa Peixoto	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Reinaldo Martins dos Santos	2011/2012	03/12/2012	01/01/2013
Ricardo Pedrosa Alves	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Romilson Furtado Neves	2009/2010	01/12/2012	30/12/2012
Sulamita de Almeida Sousa	2010/2011	02/12/2012	31/12/2012
Vaena Carvalho Ribeiro	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012
Valquiria Matos Cavalcante	2011/2012	01/12/2012	30/12/2012

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS
RESOLUÇÃO Nº 487/2012

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **ANTONIO MECIAS PEREIRA DE JESUS**, para viajar com destino aos Estados Unidos da América, no período de 01.12 a 16.12.2012, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse particular, sem ônus para este Poder.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
RESOLUÇÃO DA MESA
RESOLUÇÃO Nº 024/12

Cria Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 31 da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, "j", e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/12, constituída pelos seguintes parlamentares:

- Flamarion Portela;
- Gabriel Picanço;

- Jean Frank;
- Joaquim Ruiz; e
- Remídio Monai.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período para emissão do respectivo parecer.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Antônio Martins, 29 de novembro de 2012.

Dep. **CORONEL CHAGAS**

2ª Vice-Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO QUARTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia vinte e oito de novembro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sexagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo quarto Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, a Senhora Presidente em exercício, Deputada Aurelina Medeiros, declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário ad hoc, Deputado Ionilson Sampaio proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Jalsér Renier, proceder à leitura do Expediente. RECEBIDOS DOS DEPUTADOS: Ofício nº 052/12, de 23/11/12, do Deputado Dhiego Coelho, comunicando sua ausência nas sessões ordinárias dos dias 26 e 30/11/12. Requerimento nº 005/12, do Deputado Erci de Moraes, solicitando prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial. Ofício nº 072/12, de 27/11/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência na sessão ordinária do dia 21/11/12. Ofício nº 003/12, de 26/11/12, da Deputada Angela Portela, convidando para participar de uma reunião no dia 30/11/12, às 09 horas, no plenário, com a presença dos Conselheiros Tutelares dos 15 Municípios do nosso Estado, Autoridades relacionadas ao tema, além do Deputado Estadual Carlos Antônio, de Goiás, Presidente da Frente Parlamentar Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Proposta de Moção de Pesar nº 021/12, de 28/11/12, pelo falecimento da Senhora Iracema de Freitas de Hernandes, genitora do Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do corrente mês. EXTERNOS: Comunicado nº AL136788/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Secretaria de educação, Cultura e Desportos. Comunicado nº AL136789/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha. Comunicado nº AL136790/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual H. Dias de São João da Baliza. Comunicado nº AL136791/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Padre José de Anchieta. Comunicado nº AL136792/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Prof.ª Maria dos Prazeres Mota. Comunicado nº AL136793/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Jesus de Nazareno. Comunicado nº AL136794/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Dom José Nepote. Comunicado nº AL136795/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Olavo Brasil Filho. Comunicado nº AL136797/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pre. Comunicado nº AL136798/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Sizenando Diniz. Comunicado nº AL136799/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º e 2º Graus P. Comunicado nº AL136800/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual de Ensino Fundamental São Sebastião do Caila. Comunicado nº AL136801/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Martin. Comunicado nº AL136802/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau 31 de Março. Comunicado nº AL136803/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Vitoria Mota Cruz. Comunicado nº AL136805/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Lobo D'almada. Comunicado nº AL136807/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Prof.ª Idarlene. Comunicado nº AL136806/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Edsonina de B. Villa. Comunicado nº AL136808/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e de 1º Grau Centenário. Comunicado nº AL136809/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Mario. Comunicado nº AL136810/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré. Comunicado nº AL136811/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Presidente Tancredo Neves. Comunicado nº AL136812/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Caraná. Comunicado nº AL136813/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Buritis. Comunicado nº AL136814/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Antônia Coelho de Lucena. Comunicado nº AL136815/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Otávio Manduca. Comunicado nº AL136816/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Padre Eugênio Possamai. Comunicado nº AL136817/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual São José. Comunicado nº AL136818/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Albino Tavares. Comunicado nº AL136819/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Francisca Elzika. Comunicado nº AL136820/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Prof. Ednilson Lima Cavalcante. Comunicado nº AL136821/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola de 1º Grau Waldemarina Normando. Comunicado nº AL136822/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Wanda David Aguiar. Comunicado nº AL136823/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da

Escola de 1º Grau vereador Francisco Pereira Lima. Comunicado nº AL136824/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Raimunda Nonato Freitas da Silva. Comunicado nº AL136825/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Fernão Dias APM. Comunicado nº AL136826/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena José Viriato. Comunicado nº AL136827/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Prof.ª Vanda da Silva Pinto. Comunicado nº AL136828/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Darcy Ribeiro. Comunicado nº AL136829/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Gustavo Alfredo. Comunicado nº AL136830/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Francisco Cassio de Moraes. Comunicado nº AL136831/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Aldebaro José Alcântara. Comunicado nº AL136832/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Vovô Dandê. Comunicado nº AL136833/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Prof.ª Diva Alves de Lima. AL136834/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Pré Escolar e 1º Grau. Comunicado nº AL136835/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Princesa Isabel. Comunicado nº AL136836/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Pequeno Polegar. Comunicado nº AL136837/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Carmem Eugenia Macaggi. Comunicado nº AL136838/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola João Rogelio Shuert. Comunicado nº AL136839/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Índio Manoel Barbosa. Comunicado nº AL136840/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Prof. Genival. Comunicado nº AL136841/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Lauro Melquior. Comunicado nº AL136842/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Pedro Terêncio. Comunicado nº AL136844/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Dom Lourenço Zoller. Comunicado nº AL136845/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Wai Wai. Comunicado nº AL136846/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Pequeno Polegar. Comunicado nº AL136847/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Prof.ª Elza Breves de Carvalho. Comunicado nº AL136848/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola

Municipal de Ensino Fundamental Maria Gertrudes Mota de Lima. Comunicado nº AL136849/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Canará. Comunicado nº AL136850/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Manoel Horácio. Comunicado nº AL136851/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Vovô Eurides. Comunicado nº AL136852/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Índio Macuxi. Comunicado nº AL136853/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof. Comunicado nº AL136854/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Indígena Tuxaua Evaristo. Comunicado nº AL136855/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Indígena Julio Pereira. Comunicado nº AL136856/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Delacir de Melo Lima. Comunicado nº AL136857/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tereza Maciel da Silveira Melo. Comunicado nº AL136858/12, de 05/11/12, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, liberação de recursos financeiros para a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Tuxaua Albino de Moraes. Ofício nº2079/12, de 13/11/12, da Caixa Econômica Federal, referente aos Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Ofício nº2080/12, de 13/11/12, da Caixa Econômica Federal, referente aos Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União. Portaria nº 012/12, de 13/11/12, da UNALE, que Institui a Comissão Especial para condução do processo de mobilização nacional em favor da unificação das eleições em todos os níveis da federação. Ofício Circular nº 368/12, de 14/11/12, da UNALE, referente a Campanha Nacional em favor da Unificação das eleições. Ofício nº 867/12, de 20/11/12, do ITERAIMA, informando a impossibilidade de atendê-lo e solicitando prorrogação de prazo por mais quinze dias, em função de compromissos já agendados. Ofício Circular nº 009/12, de 20/11/12, do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – Conselho Fiscal, encaminhando cópias das Atas de reuniões deste Conselho Fiscal durante o período dessa gestão. Ofício nº 4333/12, de 21/11/12, da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto, encaminhando Plano de Ações Articuladas – PAR 2011-2014. Ofício nº 091/12, de 26/11/12, da ANEEL – Boa Vista, confirmando a sua presença na Audiência Pública no dia 27/11/12. Carta s/n, de 05/11/12, de várias Santas Casas, referente ao Movimento Tabela SUS, reajuste já. Ofício nº 1925/12, de 22/11/12, da FEMARH, solicitando cópia integral do processo que tramita nessa Casa sobre o Projeto de Lei que institui a Taxa de serviços Administrativos – TSA e Preços Públicos, no âmbito FEMARH. Ofício nº 392/12, de 22/11/12, do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Roraima, enviando cópia do Parecer Gestor nº 4114, de 22/11/12, para conhecimento e adoção de medidas cabíveis quanto à fiscalização do cumprimento do objetivo proposto no termo de convênios. GRANDE EXPEDIENTE: Não houve. ORDEM DO DIA: A Senhora Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura da Moção de Pesar nº 021/12, de 28/11/12, pelo falecimento da Senhora Iracema de Freitas Hernandes, genitora do Senhor Deputado Joaquim Ruiz, ocorrido no dia 26 do corrente. Colocada em discussão e votação a matéria foi aprovada. Atendendo ao Requerimento aprovado anteriormente, a Senhora Presidente transformou a Sessão em Comissão Geral para realização de Audiência Pública, oportunidade em que as operadoras de telefonia móvel, TIM, OI, CLARO, EMBRATEL e VIVO através de seus representantes fizeram uma explanação sobre a qualidade dos serviços prestados no Estado de Roraima, bem como sobre os compromissos assumidos pelas operadoras em face dos investimentos realizados, confrontando com as avaliações técnicas realizadas por profissionais da ANATEL. Alcançado o objetivo da Comissão Geral, o Senhor Presidente em exercício, Deputado Coronel Chagas, retomou os trabalhos na fase em que se encontravam. EXPLICAÇÕES PESSOAIS: Não houve. E não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 29, à hora regimental. Estiveram presentes

à Sessão os Senhores Deputados: **Angela A. Portela, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsler Renier, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**
 Aprovada em: 29/11/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2150ª SESSÃO, EM 23 DE OUTUBRO 2012.
 44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.

Às nove horas do dia vinte e três de outubro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima quingentésima Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (Chico Guerra)- Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Senhor Presidente, há quórum regimental para abertura da Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Chicão da Silveira) - Lida a Ata.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Coloque em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

- Ofício nº 061/12, de 22/10/12, do Deputado Jean Frank, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 16, 17 e 18/10/12.
 EXTERNOS: Ofício nº 1825/12, de 11/10/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União;
 Ofício nº 1837/12, de 15/10/12, da Caixa Econômica Federal, informando Créditos de Recursos Financeiros – Orçamento Geral da União.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalsler Renier) – Procedo à chamada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Folha de Boa Vista completou agora, no último domingo, 29 anos. Eu queria aqui me congratular com toda a família folha, inclusive com os próprios familiares do Doutor Getúlio, haja vista que é uma empresa que praticamente é administrada pela sua família. Então, quero aqui abraçar, me congratular com o senhor Getúlio, Dona Nazaré, Paula, Getulinho, Carol, Alberto Aqui está a Paulinha e em nome dela, quero congratular com todos os profissionais que fazem a Folha de Boa Vista, esse jornal que construiu, ao longo da sua existência, uma credibilidade extraordinária, pautada em algo que é fundamental, pois 60% das matérias de toda a pauta da Folha de Boa Vista é feita pelos seus leitores, através das redes sociais, das sugestões que a Folha recebe. Isso é realmente uma comunicação direta com o leitor, com a sociedade, é uma deferência especial aos seus leitores, além do mais, a Folha também dá muita oportunidade aos sindicatos, aqueles que estão, de forma organizada, defendendo os seus interesses. Dessa forma, a Folha também tem se pautado no trabalho com a verdade, algo que é muito difícil de se fazer aqui em Boa Vista, pois é difícil fazer, no Estado de Roraima, o jornalismo investigativo, porque as informações são bloqueadas, não há um acesso fácil para colher essas informações, muito pelo contrário, há um bloqueio permanente. A Folha, embora já tenha essa idade, somente recentemente ficou colorida e, essa nova fase da Folha de Boa Vista surgiu quando o mercado de Boa Vista cresceu, a sua economia cresceu. Quando um nicho maior surgiu, ela então se preocupou em sair já de outra forma. E, para finalizar, homenageando a Folha, reafirmo, como tenho dito muitas vezes, meu amigo Brito, que a Folha colabora para o fortalecimento da democracia. A democracia é muito importante quando há uma imprensa livre, quando há uma imprensa

responsável, que só cresce e se fortalece quando dá, por exemplo, voz a oposição, a situação, ou seja, quando trabalha de forma imparcial. Portanto, neste primeiro minuto, quero fazer esta homenagem, fazer essa homenagem à Folha de Vista e dizer muito obrigado pela sua existência.

Mas, meus caros Deputados, nós temos aqui vivenciado sempre essa discussão de que a receita diminuiu, de que temos problemas de caixa, de que o FPE, que é a nossa principal fonte de receita, foi reduzido. Primeiro, quero dizer que tratar de concurso público também não faz e não me traz nenhum receio. Quando o Governador Anchieta assumiu, o Estado estava institucionalizado graças ao concurso público, aquelas pessoas que, no meu Governo, eu efetivei, mas também aquelas pessoas que foram efetivadas pelo Governador Ottomar Pinto. O Governador Anchieta assumiu um Estado institucionalizado, com capacidade de endividamento reestabelecido, com 71 milhões do FUNDEB aplicado no BB fixo, 150 milhões no tesouro estadual, e que glória receber um governo nessa condição de organização plena, e além do mais, Deputado Erci, com muito dinheiro em caixa.

Então, foi assim que o governador Anchieta Júnior recebeu o Estado. Ele, agora nos próximos dias, estará fazendo 05 anos de exercício no seu mandato como Governador.

Mas, vamos aos números. Esses números não são, Deputado Ionilson, do fundo do Flamarion, são públicos, foram colhidos nas leis aprovadas por este Poder, sancionadas pelo governador e publicadas no Diário Oficial do Estado e, também, no saldo de balanço do governo e pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Deputado George Melo, no ano de 2009, essa Assembleia aprovou um orçamento de um bilhão, 661 milhões. No entanto, foram executados, arrecadados pelo Estado, Deputado Chagas, 2.151.919.436,00 com excesso de arrecadação, Deputado Brito, de 612.883.982,00, correspondendo a um incremento de 30% daquilo que foi inicialmente programado e aprovado na sua lei. Mas, Deputado Joaquim Ruiz, preste atenção, nesses dados, porque esse governo sempre subestimou os orçamentos para depois administrar através de decreto, só em 2009 foi um milhão e seiscentos, em 2010 um bilhão e quinhentos e quarenta e oito, cento e vinte milhões a menos, Deputado Jalsler Renier. O próprio orçamento aprovado por esta Casa, o de 2010, foi menor cento e vinte milhões em relação à 2009, subestimando ainda mais o orçamento. E aí, o que acontece? Foi executado, foi arrecadado, 2.342. 883. 081, excesso de arrecadação, 771.178.622. E, sabem qual foi o incremento em relação ao aprovado? 51%, isso em 2010.

Em 2011, a receita aprovada por esta Casa foi de 2.028.163.231,00, o arrecadado foi de 2.940.095.140,00 excesso de arrecadação, Deputado Xingú, 841.712.013,00, um incremento de 45%, Deputado Jean, em relação ao aprovado. Agora, fiz tudo isso, Presidente Guerra, para chegar em 2012. Fiz questão de fazer esse preâmbulo, Deputado Célio Wanderley, para chegar 2012, onde tanto se fala em queda de receita, de FPE. Tudo lorota, tudo engodo, pois aqui estão os números que não são meus, são números da lei, da Secretaria do Tesouro Nacional. Sobre a Receita de FPE, aprovada para o exercício de 2012, 931.125.507,00, até 30 de setembro foi arrecadado 913.396.655,00, correspondendo a 98%. Quer dizer, Deputado Guerra, até setembro já foi cumprido o que está na lei, 98% de que está previsto. Acontece, como demonstrei anteriormente, que essa receita caiu, ninguém aqui está dizendo que não, mas nos outros anos era 40%, 50% a mais e, este ano, não está dando. Mas, Deputado Jalsler, o que foi programado, está na lei que nós aprovamos aqui, 931 já foram executados até 30 de setembro. Se nós pegarmos esses 913, dividirmos por 09 meses e fizermos a média baixa, porque esses meses de junho, julho, agosto e setembro foram baixos, dará 101 milhões em média, e se multiplicarmos outubro que faltou, ainda será maior, o Deputado Joaquim sabe disso, e novembro e dezembro que é maior. Contudo, eu não considere o maior. Considere a média dos nove meses, que dá 304 milhões, somados aos 931, o Estado irá arrecadar de FPE, mesmo na crise, 1.235.861.000,00. Isso corresponde, Deputado George Melo, a 33% a mais do que está aprovado em lei neste exercício. Portanto, dizer que o FPE está caindo, sacrificar os poderes como este Poder que agora no dia 22 recebeu somente 25% dos 100% que deveria vir para cá, deixando os Deputados e servidores sem receber salários, não é correto. E, para o Ministério Público só foi transferido 30%. Para onde está indo esse dinheiro, minha gente? Isso tem que ter explicação. Mas Deputado Jalsler, no começo do mês o Governo pagou 3 milhões e meio a uma grande empresa, de fora, de FPE, e vou preservar o nome da empresa no microfone, porém vou lhe dizer pessoalmente, enquanto não nos manda aquilo que é constitucional. Portanto, gente, eu fiz questão de fazer esse estudo para acabar com essa lorota de que não há dinheiro. Não tem dinheiro, porque ninguém sabe para onde ele está indo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Flamarion, eu iria fazer um discurso exatamente sobre essa

matéria, quando soube, na sala vip, que Vossa Excelência iria fazer uma apresentação do seu discurso em cima do FPE.

O que existe de fato é que, este ano, como Vossa Excelência coloca, há uma queda, porque o PIB está caindo, a economia do Brasil está com problemas, mas todas as projeções dos economistas, dos mais famosos do país, se nós acompanharmos as projeções deles, falam num crescimento mínimo de treze e meio por cento no próximo exercício. Portanto, qualquer aperto, Presidente Chico, que venha do Executivo para o próximo exercício, não está correspondendo com a realidade das projeções da economia para o próximo ano. A partir de agora, começa a sazonalizar uma queda do FPE e do FPM, mesmo com a crise econômica, mesmo com as isenções dadas pelo Governo Federal. Mas há uma projeção a partir de novembro, e o crescimento da receita é acentuando mais ainda no fechamento do mês de dezembro, e a partir de janeiro vem como vêm todos os anos as maiores arrecadações de imposto, porque não teremos a devolução no imposto de renda de pessoa física, muito pelo contrário, teremos um recebimento fantástico de arrecadação do imposto de renda da pessoa física, que é o componente maior hoje do FPE e FPM, e um componente também do IPI quando acabar a prorrogação dos incentivos e iniciar o tempo bom das compras de natal e ano novo, haja vista que as indústrias estão recebendo, a partir de agora, pedidos dos comércios, momento em que começa aumentar receita. Eu só gostaria de corroborar com seu pronunciamento sobre esse ponto que agora os técnicos do governo tentam colocar para os poderes, de que se precisa corrigir o orçamento de 2013 para baixo. Todavia, todas as projeções do governo federal, dos economistas brasileiros são contrários, mostrando uma economia crescendo no mínimo três e meio por cento, que é o resultado das medidas tomadas neste exercício. Agradeço a oportunidade que Vossa Excelência me deu para colaborar com o seu pronunciamento.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua. - Deputado Joaquim, obrigado pelo seu aparte substancial. Peço à taquígrafia que faça constar do meu pronunciamento. Agradeço pela lucidez e pelo esclarecimento que Vossa Excelência fez e, passo a palavra ao Deputado Ionilson.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado, em primeiro lugar, parabéns pelo pronunciamento. Vossa excelência é um grande estudioso dos assuntos que traz a essa tribuna. Eu estava aqui me lembrando que, quarta-feira passada houve uma reunião lá no Palácio com os produtores rurais, na qual claramente o governador explicou que devia cerca de 30 milhões em medicamento, que o Estado não tinha dinheiro para pagar, que devia 13 milhões só de merenda escolar, que o Estado não tinha dinheiro para pagar e, ele foi questionado, inclusive, por um produtor que disse: “ governador, o senhor precisa diminuir sua folha de pagamento, precisa cortar os cargos comissionados, tomar algumas medidas austeras”. E ele disse que não iria demitir nenhum porque isso era um processo de transição, era preciso o Estado manter essas pessoas trabalhando, e que se ele quisesse, faria isso, pois realmente economizaria, mas que não iria tomar uma medida impopular dessa forma. E, no dia seguinte, na quinta-feira, ele fez uma reunião com os poderes falando sobre a necessidade de demitir. Quer dizer que faz um discurso em um dia e, no outro dia o discurso é diferente. Esse Governo infelizmente não sabe para onde vai. A Assembleia Legislativa tenta dar algumas orientações, chamamos a atenção, mas ele faz ouvido de mercador, e a situação fica difícil. Esses dados são públicos, Vossa Excelência trouxe à tona. Não basta ele chegar para os outros poderes e dizer que não tem dinheiro, não vem dinheiro, que diminuiu a receita, enquanto o acréscimo com relação ao ano passado foi de 33% a mais. Então, ele que é perdulário, gastador, é um Governador que não tem controle sobre receita e despesa, essa é a verdade. Portanto, parabéns pelo discurso de Vossa Excelência. Já que vamos analisar a Lei Orçamentária, temos que fazer uma aprovação criteriosa em relação a isso, e não dando tanta liberdade ao Governo do Estado ao darmos 50% para ele gastar da forma como quiser, porque ele gasta muito e acaba chegando no final do exercício da maneira como está agora. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela - Meus colegas Deputados, a Prefeitura de Boa Vista tinha um índice de transferência de FPM do mesmo jeito que está caindo o FPE do Estado, reduzindo o FPM do Município. Acontece que a Prefeitura de Boa Vista tinha um índice de 5.4, hoje ela tem 2.03, ou seja, reduziu 60% em termos de índice. Não estou falando de divisão de bolo, pois mesmo com essa crise nenhum duodécimo da Câmara Municipal de Boa Vista deixou de ser transferido. Eu consultei no dia de ontem e reafirmo. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Erci de Moraes – O Nosso Estado já tem incorporado a sua curta história, algo que está se tornando tradição, seja no fronte externo, ou no fronte interno, sempre o nosso Estado acaba sendo manchado pelas manchetes negativas. Este segundo semestre tem se caracterizado por ações reivindicatórias das categorias funcionais, por debates internos acalorados nesta Casa. Diante das circunstâncias, o que foi

abordado agora a pouco no discurso do Deputado Flamarion, nos mostra que o cobertor se tornou curto para atender as necessidades do Estado. No entanto, talvez por ser um otimista nato, não gosto de ocupar a tribuna para abordar assuntos negativos. Então, eu quero abordar um outro tipo de assunto, tudo isso acende um uma luz no fim do túnel. Nós tivemos, finalmente, a aprovação do Código Florestal que embora sofresse 9 votos contra, a Presidenta sancionou um Decreto para suprimir essas lacunas, até porque, segundo se sabe, está se tornando quase uma prática constante o Poder Legislativo Federal não apreciar Vetos, pois eles acabam sempre aceitos tanto pela Câmara, como pelo Congresso. E assim sendo, nós não devemos esperar que venha dessa vez uma conduta diferente. Eu quero crer que o Código Florestal que temos é o que foi sancionado com os Vetos, seguido do Decreto, o qual, segundo uma pessoa que respeito e considero, talvez um dos maiores técnicos da área agrícola deste Estado, que é o Doutor Daniel Gianluppi, numa entrevista que deu no Domingo, na Folha de Boa Vista, afirmou que no nosso Código Florestal, no que diz respeito a Roraima, foram preservadas as condições, para que o Estado possa vir a ocupar efetivamente, dentro de determinadas condições, os três milhões de hectares que esperávamos na primeira versão do Código Florestal. E, com a sagacidade dos nossos técnicos e com a ação da nossa bancada federal, e em especial da Frente Parlamentar Ruralista do Brasil, nós, pela primeira vez neste assunto de Código Florestal, tivemos os interesses do nosso Estado preservados. E isso é muito bom, porque não é só o Código que traz benefícios para Roraima, ele desencadeia uma série de ações que serão básicas para o deslanche do setor empresarial rural do Estado. Com isso, resta-nos, a partir de agora, acelerar as medidas necessárias para que tenhamos o zoneamento agrícola aprovado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente, o que também está a cargo do Doutor Daniel Gianluppi que, juntamente com a SEPLAN, fez um belo trabalho assessorando os Parlamentares, o qual resultou de uma coisa que serve ao nosso Estado. Segundo informações, o zoneamento está praticamente pronto para ser enviado ao CONAMA. A cobrança que ainda há pouco, na reunião de quinta-feira, promovida pelo Governo do Estado com os produtores, cobra esse zoneamento, vem a resposta, que agora foram criadas todas as condições para que o Estado possa ter os meios necessários para que essa equipe, coordenada pelo Doutor Daniel, possa, efetivamente, submeter o nosso zoneamento à apreciação do CONAMA, contando com o respaldo dos nossos representantes políticos no Congresso Nacional. A aprovação desse Código teve um fato que eu gostaria de salientar, para que nós fôssemos preservados das condições das veredas, pois bastou que os homens utilizassem da inteligência para crescer uma palavra ao texto e deu uma conotação diferente. É que no que diz respeito as veredas, estava dito que aqueles igarapés que estivessem cercados de brejos e encharcados teriam que ser preservados, foi só anteceder o vocábulo permanente em condições de brejo e encharcados, pois os nossos igarapés não são de um modo geral de encharcamento e de brejo permanente, pois eles permanecem a maior parte do ano plenamente secos e ausentes de brejo. Por isso é importante dizer o quanto vale a inteligência e a criatividade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Finalmente, como Vossa Excelência coloca e a mídia divulgou, a Presidenta assinou e resolveu o problema do Código Florestal Brasileiro que se arrastava por dois anos e mais vinte de atraso. Agora, 99% dos médios, pequenos agricultores e a agricultura familiar do nosso Estado não conhece o que pode ou não ser feito. Seria de suma importância que o governo do Estado, através dos seus órgãos ligados à agricultura, ao agronegócio, fizesse uma cartilha bem simples e objetiva orientando os produtores o que podem e o que não podem para evitar que a dupla do mal, IBAMA e INCRA, comece a multá-los devido ao desconhecimento dos produtores do nosso Estado. Nesse final de semana andei em vários municípios do Estado e conversei com vários produtores e, eles não têm noção disso que está sendo colocado por Vossa Excelência, sobre os problemas dos igarapés, rios, encostas, do que pode ou não ser feito em Roraima, das oportunidades que estamos criando com essas vantagens que a nossa Bancada, num trabalho brilhante da Senadora Ângela Portela conseguiu avançar para o Estado de Roraima. Seria importante que o governo do Estado, ou este Poder, fizesse um panfleto mostrando o que pode ser feito no nosso Estado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Concordo com a sugestão, mas a minha preocupação é que no primeiro momento façamos a maior divulgação possível desse fato extraordinário para o nosso Estado, por isso, estamos ocupando essa Tribuna para propor, inclusive, que esta Casa faça a sua parte, convidando o Doutor Daniel, o senhor Haroldo, que tiveram um trabalho árduo, bem como os parlamentares federais, para que se desenrole um debate esclarecedor. Acho que às vezes, certas medidas do nosso governo não chegam a repercutir de forma satisfatória, porque o governo está com seus programas centrados basicamente no interior, envolvendo titulação de terras, energia elétrica, asfaltamento e melhoria

de vicinais, mas acontece que a caixa de ressonância da sociedade é Boa Vista, onde 2/3 tem intensa ligação com o homem do interior, não é de lá para cá que as coisas repercutem, e sim da capital para o interior. Devemos divulgar e, após a divulgação, que os próprios meios de comunicação possam nos ajudar a elaborar essa cartilha que acho oportuna, mas que deve ter a chancela que dominam o setor com a nossa ajuda, se possível.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Eu acho que foi um ganho importante para o Estado a aprovação do novo Código Florestal, apesar de que precisamos de políticas, em nível de Estado, para destravarmos o interior de uma vez por todas. Na medida em que tivermos a aprovação do Código Florestal, num dia anterior tivemos um retrocesso com um decreto governamental suspendendo a lei 215, que dava incentivo aos produtores rurais. O governador se comprometeu a melhorar a lei 215 e a enviar outra lei para esta Casa. Ontem, eu estive na Fundação do Meio Ambiente, das duas horas até às dezessete horas, e eles estavam explicando para nós a lei das taxas que serão cobradas para os licenciamentos ambientais e também como vai ficar o cadastro ambiental rural que será obrigatório a partir de agora para os produtores. A FEMAR não tem a menor condição hoje, de prestar esse serviço, pois possui computadores deficientes, a própria rede elétrica não comporta os equipamentos, ou seja, há uma série de investimentos que o governo precisa fazer na FEMAR, no ITERAIMA para que esses órgãos comecem a funcionar efetivamente, dando um reforço ao setor produtivo. É preciso que alguém abra os olhos do governo para a situação de penúria que esta a ADER, o ITERAIMA e a FEMAR.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Eu concordo com Vossa Excelência. Essa questão da FEMAR, do ITERAIMA é a prioridade que o Estado tem que estabelecer, porque a partir desses órgãos é que pode avançar o processo e fazer com que essas coisas aconteçam efetivamente no campo.

Gostaria de concluir cumprimentando a Folha de Boa Vista por mais um aniversário e por mais um ano de bons serviços prestados à sociedade roraimense. Às vezes, reclamamos, mas infeliz de nós, sociedade de Roraima, se não tivéssemos órgãos de imprensa com independência para fazer as críticas construtivas. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Jalsler Renier - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes, tomei a liberdade de usar a tribuna nesta manhã, tão somente para dizer da preocupação desta Casa com relação ao histórico apresentado na última reunião que tivemos com o Chefe do Poder Executivo, juntamente com o Ministério Público e o Tribunal de Contas, no tocante à questão orçamentária por que passa este Estado. Chegamos a um momento de crise. É sabido que o Estado passa por um momento extremamente difícil no tocante às suas finanças. Há de se pensar e há de se levar a preocupação desta Casa quanto aos questionamentos feitos pelo Deputado Flamarion Portela, pois o Governo precisa definitivamente contingenciar suas contas para que o Estado não fique em uma situação extremamente delicada sob o aspecto financeiro. Tivemos uma reunião há mais ou menos uns quatro dias atrás, conforme relatou o Deputado Ionilson Sampaio, onde o Governo fez um demonstrativo de valores do crescimento das suas contas em relação a tudo o que foi recebido de receita corrente líquida do Estado, bem como, sobre o seu crescimento econômico. Vimos aqui, os repasses e os decréscimos que o Governo do Estado teve nos últimos cinco anos de balanço. Isso do ano de 2008 até o ano de 2012. Gostaria de fazer um demonstrativo das despesas decorrentes do que aconteceu aqui.

O orçamento da Assembleia Legislativa, do ano de 2008 para a variável de 2012, cresceu cerca de 82,98%. Nos últimos cinco anos, passou de R\$ 78 milhões ao montante de R\$ 143 milhões, valores baseados no fundo de arrecadação. O Tribunal de Contas do Estado cresceu 66% nos últimos cinco anos, saiu de R\$ 27 milhões de reais para um total de R\$ 46 milhões, 191 mil reais, uma projeção para 2013, mas se ele está fechando o ano calendário de 2008 com R\$ 42 milhões, como a Assembleia fecha com R\$ 129 milhões? O Tribunal de Justiça teve um crescimento de 88,58% nos últimos cinco anos, como também teve o Ministério Público que cresceu 86,54%, saindo de R\$ 31 milhões para R\$ 59 milhões, 414 mil, baseado na projeção para 2013. E a Defensoria Pública foi a que mais cresceu, teve um total de R\$ 109 milhões de reais como índice de crescimento. A economia do Estado de Roraima teve um decréscimo de 35% dos valores agregados de 2008 até o final de 2012. Não estou dizendo aqui que o Governo é mais ou menos culpado, mas que nós estamos diante de uma crise institucional onde o Governo precisa, definitivamente, contingenciar, conter gastos e diminuir valores, seja em folha de pagamento, seja em estatais, fundações, ou diminuindo secretarias, mas, o Governo precisa também fazer sua parte para que os outros poderes cumpram a sua obrigação. A Assembleia Legislativa tem uma

projeção de 10,44% de crescimento dentro do seu orçamento, que é distribuído em avulso também para os outros poderes, logo, a ideia é manter o orçamento do jeito que está, porque se o Governo começar a trabalhar em cima de projeções e ultrapassar o crescimento dos demais poderes, nós vamos enfrentar momentos piores a partir do ano que vem, como o atraso geral na folha de pagamento, como já está acontecendo nesse momento, como disse o Deputado Flamarion. O governo repassou menos de 25% do orçamento da Assembleia Legislativa agora no dia 20 de outubro. Esse é o momento pelo qual passa o Estado de Roraima, o Governo do Estado e as outras instituições.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Jalsler, estou escutando atentamente os dados que Vossa Excelência traz da reunião que houve entre os Poderes. Vossa Excelência coloca sobre a receita líquida, mas vou lhe colocar aqui, alguns fatos, Deputado Jalsler. Quando fala sobre o aumento da receita para os Poderes de um modo em geral, eles todos estão dentro de uma limitação da lei de Responsabilidade Fiscal, dentro do limite orçamentário estabelecido por uma lei federal que regula todos os Estados brasileiros. Então, se há um crescimento desses, é evidente que ele é baseado em percentual dentro do Orçamento que o Estado manda para a Assembleia Legislativa. Eu gostaria de saber quanto foi o aumento da despesa do Estado durante esses cinco anos, porque nós aprovamos aqui, Deputado Jalsler, vários aumentos de cargos comissionados? Eu me lembro que, no ano passado, a Deputada Aurelina fez uma observação do que poderia se criar de dificuldade no futuro para o Estado em virtude daquilo que estávamos aprovando sem uma análise mais profundamente, isso em relação ao aumento do custeio. Não sei se a Senhora se lembra, Deputada Aurilena, da sua preocupação naquela época com o aumento do custeio da máquina estadual. Gostaria de saber também, qual foi o crescimento do investimento do Estado nesse demonstrativo feito pelo Governo, porque me parece que a área técnica do Governo do Estado se preocupa muito em mostrar o decréscimo da receita relacionada à inflação e ao PIB? Nos últimos cinco anos, o Governo brasileiro viveu um aumento significativo de arrecadação. Esse ano está havendo um ajuste, mas para o próximo ano, Deputado Jalsler, com certeza absoluta, o Brasil crescerá mais de 3.5%, segundo os indicativos dos economistas mais renomados do país. Agora, eu quero lembrar esse posicionamento da Deputada Aurelina naquela época e me associar àquele discurso extremamente técnico feito por ela, onde aborda com muita sensatez, o equilíbrio do custeio da máquina pública para depois ser cobrado pelos outros Poderes. Agora, o que precisa é que o Poder arrecadador seja mais transparente com os outros Poderes. Era isso que gostaria de solicitar.

O Senhor Deputado Jalsler Renier continua – Eu passo para Vossa Excelência os dados dos últimos cinco anos que estão aqui contido na documentação que foi proferida. Eu vou até pedir para que essa cópia seja estendida para todos os Senhores Deputados, para que cada um tenha acesso ao demonstrativo que foi feito pela Secretaria de Fazenda Estadual. Mas, Senhor Presidente, eu gostaria de tocar num outro ponto que considero importante. Nós estamos vivendo hoje, além dessas questões políticas sobre o aspecto financeiro do Estado, uma dificuldade no tocante às comunicações, pois a população que usufruiu dos serviços da empresa TIM, não consegue utilizar os serviços da companhia por mais de 3, 4, 5 minutos. Nós já enviamos alguns Pedidos de Informações e a empresa não responde. E, eu gostaria aqui, Senhor Presidente, através desta Casa, com a assinatura de todos os Deputados ou daqueles que se interessarem pela questão, que movêssemos uma ação contra essa instituição, através do Ministério Público Estadual, por estar vendendo mais que a sua capacidade. Eu quero aqui, Senhor Presidente, pedir a Vossa Excelência sua intervenção, seja através do PROCON desta Casa, seja através da instituição Assembleia Legislativa, para que possamos entrar com uma ação contra essa empresa, no sentido de que ela possa ter responsabilidade com quem compra seus serviços.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado Jalsler, recentemente eu li numa matéria na Folha de São Paulo, se não me engano, que a ANATEL tinha multado a TIM exatamente por causa dessa falta de compromisso, haja vista que a empresa criou um plano chamado Tim Infinity Pré, no qual segundo a propaganda, as pessoas ligariam para outro Tim e fariam o quanto quisesse por vinte e cinco centavos por ligação. Contudo, a empresa interrompe a ligação quando a pessoa fala mais de um ou dois minutos. Eles interrompem a ligação, para que os usuários façam outra. Então, é realmente uma coisa muito séria. A ANATEL, se não me engano, até multou a TIM por isso. Agora, as ligações, de uma forma geral no nosso Estado, estão um Deus nos acuda. Parabéns pela manifestação de Vossa Excelência

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Bom-dia a todos. Deputado Jalsler, agradeço-o pelo aparte. Eu quero louvar aqui, o que vossa Excelência está propondo nesta Tribuna, mas quero lembrar também, que mais de uma vez eu pedi que convidássemos o gerente da ANATEL no

Estado de Roraima para vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre a fiscalização que a ANATEL está fazendo nas telefônicas. Esse é um Requerimento meu que tem mais de um ano e meio. Eu acho que poderíamos fazer um novo Requerimento, pois o que fiz já deve estar coberto de poeira. A empresa precisa ser acionada na justiça, mas, antes disso, precisamos saber o que a ANATEL está fazendo para impedir esse abuso e essa fraude contra os clientes. Sugiro a Vossa Excelência que juntos possamos fazer esse convite para que o Gerente compareça a esta Casa e exponha suas razões e como a ANATEL vem encarando esse problema no Estado.

Eu quero abrir um parêntese a respeito do assunto tratado anteriormente por Vossa Excelência. Por coincidência, na semana passada, quando viajei, vinha no avião conversando com um colega a respeito das finanças do Estado. E, sei que essa questão foi alvo do discurso de Vossa Excelência, Deputado Flamarion. E, a sugestão que eu havia dado dentro do avião era que o Governo suspendesse a partir de agora, todas as novas licitações até o final do ano, a não ser para coisas emergenciais como medicamentos e outros materiais importantes, para que o Governo possa não só encarar a crise que se instalou no Estado, diminuindo sua despesa; como também garantir recursos para o pagamento das contas atrasadas. Não adianta o governo continuar fazendo despesa se não consegue pagar nem o que já contratou. O que eu estou fazendo aqui não é uma crítica ao Governo, o que é uma praxe em vários Estados. O Governo do Amazonas, quando chega na metade do mês de outubro, não contrata mais nada, de outubro até dezembro ele fecha. Ele simplesmente paga as contas atrasadas ou as contas que, porventura, até ao final do ano surjam para prestar contas no novo exercício. Enfim, é uma medida de cautela ser cuidadoso.

Então, eu vinha conversando sobre isso na semana passada dentro do avião e, aproveite aqui para trazer de público essa sugestão. Volto a dizer, não é uma crítica, não significa que nós estamos quebrados e solventes, ou qualquer outra questão, significa que é uma medida que todos os Estados adotam. E, eu acho que, especialmente devido ao momento que estamos passando agora, o Estado de Roraima deveria adotá-la também. Eu quero me colocar a disposição, no mesmo sentido que Vossa Excelência se manifestou aqui, para que tenhamos as empresas recebendo o que elas tenham que receber, de acordo com quem prestou serviços, quem entregou material, enfim. Então, era isso. Agradeço a oportunidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas – Apenas para corroborar com o seu pronunciamento, Deputado Jalser, no tocante à questão da telefonia, quero informar que essas questões são de interesse coletivo, cuja competência é do Ministério Público que já ingressou com uma ação contra a TIM. Agora, o que nós podemos fazer, por coincidência hoje mesmo eu chamei o Secretário Legislativo para preparar um Requerimento para a audiência pública a ser realizada nesta Casa para tratar dessa questão, é mostrar que ela é de interesse de toda a sociedade roraimense. Acredito que nós podemos contribuir para discussão. Obrigado.

O Senhor Deputado Jalser Renier continua. – Obrigado, Deputado Chagas. Eu quero dizer que nós sabemos que o Ministério Público já moveu uma ação. No entanto, a Assembleia Legislativa também tem que se juntar a ela para que também possa ser coautora dessa ação, visando que a sociedade possa ser, de certa forma, entendida, para que a sociedade possa ser respeitada dentro do seu direito. Por essa razão é que eu não abro mão da Assembleia Legislativa entrar com uma ação correlata a do Ministério Público. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais Oradores inscritos para o Grande Expediente, passamos para a Ordem do Dia com a discussão e votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição 003/12, de autoria de vários Deputados; discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 011/12, que “altera dispositivos e anexos da Lei Complementar nº 142, de 29.12.2008, alteradas pelas Leis Complementares Estaduais nº 175, de 26.01.2011, e nº 195, de 22.03.2012, e dá outras providências, de autoria do Tribunal de Justiça.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a comissão conjunta possa analisar e dar parecer ao Projeto de Lei Complementar 011/12.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Havendo quórum regimental, dou por reaberta a presente Sessão.

Coloco em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 03/12. A votação será nominal e eletrônica.

Comunico que, nos termos do parágrafo 2 do artigo 60 da Constituição Federal e parágrafo 2 da Constituição do Estado, a Emenda será aprovada se obtiver dois quintos dos votos favoráveis dos membros desta Casa, portanto 15 votos.

Comunico aos Senhores Deputados que têm um minuto para,

querendo, justificarem seu voto. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a Proposta de Emenda 03/12, votando “não” estarão rejeitando-a.

Solicito ao técnico abertura do painel para votação.

Convindo os Senhores Deputados que estão em seus gabinetes e na sala vip para que compareçam para a votação.

Dou por aprovada, em segundo turno, a Proposta de Emenda Constitucional nº 03/12, com 19 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Parecer do Projeto de Lei Complementar nº 010/12.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Parecer.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão a matéria.

Não havendo nenhum Deputado que queira discutir, coloco-a em votação. A votação será nominal e eletrônica.

Comunico aos Senhores Deputados que, de acordo com o parágrafo 4 e artigo 232 do Regimento Interno, os Senhores têm um minuto para, querendo, justificarem seu voto.

Comunico ainda que, nos termos do artigo 188 e Caput do Regimento Interno, o Projeto de Lei Complementar será aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros desta Casa. Portanto, 13 votos favoráveis.

Em votação, em primeiro turno, o Projeto de Lei 010/12. Votando “sim” os Senhores Deputados estarão aprovando a matéria, e votando “não” estarão rejeitando-a.

Solicito a abertura do painel para votação.

Dou por aprovado, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar 010/12, com 17 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Em votação o Requerimento nº 042/12, que “Convida as operadoras de telefonia móvel TIM, OI, CLARO, VIVO e EMBRATEL, através de seus representantes nacionais, para uma audiência pública, em data a ser fixada pela Mesa Diretora, onde os mesmos farão explanação sobre a qualidade dos serviços prestados em nosso Estado, bem como sobre os compromissos assumidos pelas operadoras em face dos investimentos realizados, confrontados com as avaliações técnicas feitas pelos profissionais da ANATEL”, assinado pela maioria dos Senhores Deputados.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Requerimento.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o Requerimento.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, esse requerimento trata de uma audiência pública para convidar as operadoras de telefonia para, nesse Plenário discutirmos a qualidade dos serviços prestados por essas operadoras, haja vista que as reclamações que tem chegado ao PROCON são muitas, bem como as reclamações da população nas ruas da cidade. Nós acreditamos que essas empresas têm que prestar conta dessa concessão para operar linha de telefonia móvel em nosso Estado e, por isso, pedimos a todos os companheiros desta Casa para que aprovelem esse Requerimento e para que a Mesa Diretora estabeleça a data para que possamos realizar essa Audiência Pública com a presença de todas as operadoras, parlamentares desta Casa, órgãos de defesa do consumidor, no sentido de cobrarmos melhoria na qualidade dos serviços prestados por essas empresas.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que concordarem com o Requerimento, permaneçam como estão.

Dou por aprovado o Requerimento.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Requerimento nº 041/12, que “Convoca o Secretário da Fazenda, Renato Maciel de Melo, para prestar esclarecimentos sobre a Lei Estadual nº 215/98, que “Dispõe sobre o incentivo fiscal para o setor produtivo”, e sobre o Decreto nº 14607-E, que modifica a referida Lei, entre outros, em audiência Pública que será realizada em data a ser designada por esta Casa, juntamente com os demais membros da sociedade, órgãos, cooperativas, sindicatos e instituições que tenham interesse no assunto, dada a urgência e relevância para o desenvolvimento da agricultura no Estado de Roraima.

O Senhor Primeiro Secretário (Jalser Renier) – Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Em discussão o

Requerimento.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, gostaria de informar aos colegas que no dia 30 o Secretário da Fazenda vai estar na Comissão de Finanças, às 16 horas. Eu acho que é indispensável a presença dele posteriormente aqui. Todos os Deputados que tiverem interesse, poderão participar no dia 30, às 16 horas. Acredito que devemos aproveitar esse momento em que ele vai vir para Comissão resolver o problema e prestar esclarecimentos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, inicialmente gostaria de pedir data vênha ao nosso colega, Deputado Célio Wanderley, pois essa convocação seria para discutirmos os incentivos fiscais da lei 215, ligados ao setor produtivo. E, nessa próxima oportunidade, estará vindo para falar das finanças do Estado e do Decreto que foi depois de dois dias das eleições, expedido pelo Governo do Estado, no sentido de eliminar grande parte desses benefícios. Quero pedir aos nobres pares que acatemos esse Requerimento, votando a favor, pois o setor produtivo ficou praticamente inviabilizado após essa decisão que foi tomada pelo Governo do Estado, decisão unilateral. Eles recorreram à Assembleia Legislativa para que possamos juntos debater, nesse espaço democrático. É necessário que esse debate convença o governo, a base aliada e chegue ao governo do Estado o pedido de anulação desse decreto, porque em todos os discursos, seja nosso, da oposição, seja dos Deputados da base de situação, Deputados Federais e Senadores e até do próprio Governador do Estado, falasse que o setor produtivo é a única saída para gerar uma nova matriz econômica, que o Setor produtivo precisa de incentivos, que é prioridade. Pois, ao mesmo tempo, o único benefício que o setor produtivo tem, ele inviabiliza, anula. Então, carece que esta Casa tome providências e a providência é o debate para esclarecermos. Peço aos nobres colegas que votem a favor do Requerimento.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, o que quero discutir não é a provação ou não do relatório, pois acho que a PEC deve ser aprovada, mas o Requerimento em base jurídica, porque pelo o que eu sei, na hierarquia das normas do serviço público, uma Lei Estadual não pode ser modificada por um Decreto Estadual, consequentemente, nós precisamos primeiro examinar se a lei 215 foi modificada. No meu entender não, agora se esse Decreto tem essa pretensão, a coisa muda. Eu nunca vi um Decreto ter força para modificar uma lei na mesma esfera de um Poder.

O Senhor Deputado Brito Bezerra pede Questão de Ordem. O Decreto está regulamentando novamente a 215, não está modificando a Lei. Ele vai anular o outro Decreto de regulamentação e vai criar uma nova regulamentação. Essa nova regulamentação corta os benefícios que o setor produtivo tem, isso é juridicamente feito.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Senhor Presidente, um dos questionamentos na reunião que houve, e Vossa Excelência, inclusive, estava lá, na quarta-feira, foi que a competência jurídica do governo é de modificar isso através de Decreto. Esse questionamento fui eu que fiz lá na reunião e, a representante da SEFAZ, dona Marta, disse que ele poderia modificar, porque estava modificando a regulamentação, não a Lei em si. Mas, o governador se comprometeu em, até 15 dias, dar uma nova redação a essa regulamentação. Amanhã, faz uma semana e não vi ninguém se mexer, criar uma Comissão, nem a própria Assembleia para que possamos trabalhar nisso e voltar os benefícios, pois há a necessidade de se fazer isso. Com relação ao Requerimento que o Deputado Brito fez, eu assinei e sou favorável que o Secretário venha explicar sobre essa Lei 215, mas eu não vejo problema algum em fazer uma Audiência só, porque ele vai vir falar das finanças do Estado, e essa Lei 215 está tão ligada as questões das finanças do Estado, porque ela diz respeito a renúncia fiscal que poderíamos tratar num dia só. Acho que não teria problema nenhum.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, gostaria de fazer algumas colocações, até porque o Deputado Ionilson estava presente, bem como o Deputado Célio, o Deputado Marcelo, Vossa Excelência e outros Deputados. Na verdade, não há mudança de Lei, foi a regulamentação que existia na 215 que mudou o Decreto de regulamentação excluindo dois itens da Lei dos Incentivos, o combustível e o material de construção, o restante dos itens que a lei previa, continuam sendo beneficiados com os incentivos fiscais. Em relação ao combustível, o Estado assume o risco, porque a liberação de imposto de combustível não é autorizada pelo CONFAZ. Já existe o convênio com o CONFAZ, relativo aos artigos, que expira dia 31 de outubro, o qual precisa ser renegociar com esse convênio para permanecer alguns itens. Outra questão, é a ação civil pública do Ministério Público contra vários artigos da Lei 215 que está sob liminar, aguardando julgamento do mérito. Além disso, o que foi colocado na reunião, e estou colocando aqui de forma aberta, pois lá estava toda a imprensa, foi que o Governador

modificou isso mediante o confronto de dados existentes entre os relatórios informados pelos produtores, com relação aos artigos e objeto do beneficiamento, informados à receita federal, diante da fragilidade do próprio Estado na fiscalização da Lei, o que permitiu que no confronto de dados entre o Governo do Estado e o Governo Federal, se verificasse vários relatórios irregulares, onde os próprios técnicos fazenda não se dispõem mais a assinar o relatório diante de ilegalidades que foram identificadas. Então, foi proposto, naquele momento, que em 15 dias se modificaria a lei. Eu tive a oportunidade de falar em nome da Assembleia, porque não é de hoje que temos denúncias que foram apresentadas pelo próprio governador no ato da Reunião de que a lei precisa ser modificada sim. A questão tomou proporções que o Estado não tem condições de controlar. E hoje, Estado e Governo Federal trabalham em conjunto. Não se pode ter empresários que têm 20 máquinas que gastam 200 mil litros de combustível por ano, declarando que têm uma receita de 70 mil reais no imposto de renda. São flagrantes que esta Casa tem obrigação de se juntar para corrigir, não podemos penalizar o setor agrícola não, o aparelho do Estado tem que se adequar e agricultura também, porque a sangria do Estado que está com o pires na mão, não pode ser vista com máscara na Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado George Melo – Senhor Presidente, gostaria de parabenizar a Deputada Aurelina pela clareza com que colocou esse tema. Eu estava presente, inclusive o Deputado Ionilson teve um momento a parte e conversou como Governador, e concordou com quase tudo que estava sendo discutido lá. Entendo que o Deputado Ionilson é extremamente preocupado com a saúde e com a gestão do Estado. Nós entendemos alguns gargalos colocados em cima da mesa, por exemplo; carro utilitário não pode ser utilitário de luxo, entendemos que temos bons empresários, mas temos quantidade grande de maus empresários que estão se utilizando dessa Lei, bem como produtores, para fazer meio de vida, enquanto se fala que o setor produtivo não pode viver. E, estamos vendo que o setor produtivo representa 4,5% da população e não paga imposto nesse Estado, de modo que temos que botar em cima da mesa, nesse momento, as dificuldades. Então, é preciso entendermos que nesse parlamento temos representantes também da sociedade civil organizada que estão nos cobrando que essas gorduras sejam cortadas. Agora, precisamos ter a consciência que o momento é difícil, o mundo vive em crise e não podemos falar somente em nome desse setor produtivo que criou essa bandeira. Nós poderíamos dar todos os benefícios desse Estado, mas não estamos tendo retorno, porque está diminuindo a produção. É preciso que essa discussão seja, realmente, como disse o Deputado Brito, ampla nesse Plenário.

O Senhor Deputado Naldo da Loteria – O Setor produtivo, ao receber esse incentivo, esse benefício, deveria gerar empregos. Há pessoas, hoje, que são do setor produtivo, que não têm na sua fazenda um funcionário com carteira assinada. Que produtor é esse? Eles têm que gerar emprego, pois o governo dá incentivo para que o empresário possa gerar renda para a população. Nós estamos fazendo, hoje, por ser um setor organizado, muito barulho por causa da Lei 215. E a agricultura familiar que não tem ponte, estrada, semente, crédito agrícola? Somos um Estado que não produz farinha, cheiro-verde, não produz nada, falta incentivo para a agricultura familiar sim, pois ele é que gera renda e riqueza para a agricultura do Estado. Esses incentivos são importantes, mas é preciso serem revistos para que não saiam pelo ralo.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero abonar as palavras do Deputado Naldo e da Deputada Aurelina e fazer uma simples comparação e um acréscimo ao pequeno produtor. Presidente, sou pequeno agricultor a quase 30 anos e não faço parte da Lei 215, pois para fazer parte tem que usar um Sindicato, uma Cooperativa. Isso é uma coisa absurda. Para eu vender peixe para Manaus, pago 12%. E, não foi falta de ir atrás. Agora, imagine o pequeno produtor que vive isolado na vicinal. Sabe o que a lei 215 contempla hoje? Quem está construindo casa no Caçari, no Paraviana, para vender, pois são isentos os materiais de construção. São os construtores de estradas que em vez de levar 5 mil litros para a fazenda, levam 30 mil litros para suas empresas. Vocês sabem quanto isso dá de prejuízo para o Estado? De 7 a 8 milhões. Então, a agricultura tem que ser estimulada, tem que ter investimento e incentivo. O Governo tem que fazer isso, mas com políticas públicas sérias, voltadas para quem quer produzir, não para quem quer fazer de conta que é produtor e não contribuir para o setor produtivo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, isso não é aceitável. O PIB vai ser de quatro e meio por cento devido à contribuição do agronegócio com o tamanho de isenção fiscal que existe. Se você fizer um comparativo, a arrecadação do Estado, do que o Governo gasta

hoje com esses incentivos fiscais, é maior do que os quatro e meio por cento. Então, nós temos que rever na totalidade essa lei. Não podemos conviver com essa situação que está aí.

O Governo do Estado está de parabéns por ter acordado a tempo para poder tampar essa sangria nos cofres públicos do Estado. Quando se fala em contensão de gastos, nós temos que rever a 215.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Senhor Presidente, gostaria de acompanhar a mesma linha de pensamento dos que me antecederam, seguindo, especialmente o discurso veemente do Deputado Chicão. Este é um assunto complexo. Nem o incentivo poderia continuar do jeito que estava, nem o setor agrícola pode ficar sem o incentivo. Então, é mais do que oportuno que possamos, inclusive com a vinda do secretário, discutir outras matérias, rediscutir o decreto e a lei de incentivo aos agricultores. O Deputado Chicão falou a verdade. Hoje, infelizmente, os bons empresários estão pagando o preço pelos maus empresários. Há pessoas utilizando a lei de incentivo para comprar material de construção para construir casas, para dar combustível para o filho abastecer o Hillux e ficar andando por aí. Eu acho que não é esse o intuito da lei quando o benefício foi criado. Então, é importante discutir. É importante que os empresários fiscalizem. Eu acho que os próprios empresários, se tivessem tido uma postura mais firme ao fiscalizar e denunciar o mau uso do benefício, este certamente não teria sido cortado. Então, é bem-vinda a discussão. É o momento adequado. Acho que nós podemos aproveitar para discutirmos não só esse benefício para o setor agrícola, mas todos os benefícios fiscais aqui no Estado de Roraima. O chamado benefício fiscal tem prazo contado. A realidade muda, a economia muda, o tamanho do Estado mudou, a economia do Brasil mudou. A realidade é outra. Vamos aproveitar e rever tudo. Vamos reavaliar o FUNDER e tudo o que há aqui em Roraima para modernizar esse arcabouço de incentivo fiscal que temos hoje. Obrigada.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu vou me colocar aqui, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, mas ao continente. Eu acho que essa lei existe desde, como disse a Deputada Aurelina agora há pouco, quando ela era secretária de agricultura, desde 1998. Portanto, ela tem 14 anos. Existem falhas? Existem. Ela já nos deu uma contribuição significativa. Isso é inquestionável. Ela pode dar ainda mais contribuição. Também é inquestionável. O que eu defendo é que as distorções sejam corrigidas, que haja uma efetiva fiscalização. Nós somos um Estado pequeno. Conhecemos as pessoas, não custa nada montar um grupo de fiscais; dar infraestrutura para eles e efetivamente fiscalizar se aquilo que foi comprado para estimular, para fomentar a produção, realmente está sendo destinado à produção, do contrário, punir aqueles que estão errados. Eu acho que não é difícil fazer isso. Agora, nós não podemos deixar que a lei acabe, que tirem o incentivo da lei. Vamos com toda a responsabilidade, com todo o critério, com toda cautela, com toda a atenção do mundo, fazer a reestruturação da lei. E eu espero, Deputado Rodrigo Jucá, que o Governo a mande para cá o mais rapidamente possível, porque o decreto já veio tirando a isenção, mas a lei até agora não chegou, para fazermos uma boa discussão e consertar o que tiver de ser consertado, pois o incentivo à agricultura, Roraima está dando assim como os outros Estados que cresceram e, no que concerne ao agronegócio, também. Nós temos que entender isso. Roraima tem que sair dessa economia do contracheque. Nós estamos vivendo agora, neste instante, Senhor Presidente, dificuldades enormes, ao ponto de os poderes não receberem o seu duodécimo, que é algo constitucional. Como vai ficar amanhã, se nós não tirarmos da terra nossa riqueza, se não houver prosperidade ou crescimento econômico? Como vai ser 2013, 2014? Como viverão os nossos filhos? Portanto, nós temos, com toda responsabilidade, que corrigir o que o Deputado Chicão da Silveira disse e fazer justiça para com aqueles que realmente querem produzir, coibindo aqueles que distorcem o objetivo maior da lei. Mas a lei não pode deixar de existir, pois ela é fundamental para a consolidação do agronegócio.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Quero pegar o gancho no que o Deputado Flamarion tem colocado. Deputado Chico, na época que essa lei foi criada e aprovada, nós não tínhamos um avanço na produção da piscicultura do nosso Estado, mas nem toda essa tecnologia hoje, disponível. A piscicultura é uma realidade e não podemos olhar para trás, sem olhar para a frente o que ela representa hoje, em termos de economia, para o nosso Estado. Existem empresários, como o irmão do Deputado Célio, que emprega mais de 150 pessoas hoje. Isso representa uma empresa de médio porte. Os arrozeiros, Deputada Aurelina, a Senhora que é da área da agricultura, têm um processo de retomada da

sua produtividade, porque eles saíram de uma área, cuja forma de produzir se dava em duas safras por anos e, agora, estão em outras áreas com recuperação de solo, adotando novas tecnologias. E, acho que vamos ter que ter muita moderação. A agricultura precisa de ajustes porque o mundo mudou muito, precisa de correções. O próprio Governo Federal vem fazendo incentivos pontuais para que aqueça a economia do país. É evidente que precisamos fazer essas correções. Eu sou a favor da lei. Sou a favor da suspensão para as correções. E que essa lei venha logo. Presidente, use a sua força política como representante do poder do povo para que tenhamos tempo de discutir essa nova regulamentação da lei que deve chegar aqui, na Casa, dentro dos próximos cinco, dez dias. Então, diante desse ponto da ponderação, que possamos analisar o que vai ser aprovado nessa regulamentação. Eu acho que o ideal neste momento é ponderação dentro dessa lei de incentivos fiscais para melhorar a produção do nosso Estado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Deputado Brito, eu queria sugerir a Vossa Excelência que retirasse de votação essa matéria para que ela fosse acrescida, no intuito de que viessem para cá também os representantes das cooperativas e das associações, para que eles possam colocar seus posicionamentos com relação a esse assunto. A minha ideia é que ouvíssemos as duas partes e fosse aberto o fórum de discussão para que a lei fosse realmente readequada à realidade do Estado. Por isso, faço um apelo a Vossa Excelência para que retire de votação o Requerimento.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Tendo por parte de Vossa Excelência o compromisso de que serão convidadas as autoridades do setor produtivo e que o secretário terá ciência de que irá também debater esse assunto, retiro o Requerimento.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Amanhã, com certeza, o colocaremos em votação, haja vista que já foi bastante discutido. Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações pessoais.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Quero parabenizar o Grupo Folha pela passagem do seu aniversário, por ser um jornal que vem ajudando a fortalecer a democracia no nosso Estado, dando ciência a todos os roraimenses dos acontecimentos políticos, sociais, enfim, transmitindo para a sociedade a notícia como ela é, sem sofisma e sem fantasia, o retrato fiel da sociedade. Parabéns Grupo Folha.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhor Presidente, hoje temos uma reunião, a seu pedido, como Presidente da Casa, sobre aquele problema dos indígenas, com os representantes das escolas indígenas que estavam aqui na frente da Assembleia. O Senhor convocou a Comissão de Educação para que buscasse o entendimento com eles, para que eles fossem recebidos e atendidos aqui na Casa. Então, hoje, às quinze horas, eu estou convocando todos os Parlamentares. Na nossa sala de reuniões, nós vamos discutir os problemas que eles levantaram, junto com a Secretaria de Educação do Estado, para ver o que é possível colocar e se ajustar ao orçamento de 2013, para que eles comecem a ser atendidos. Haverá outra reunião, Senhor Presidente, na terça-feira, com a Comissão de Saúde, às quinze horas, na Sala de Reuniões, com várias entidades, a pedido da Deputada Ângela, a respeito do alcance das 30 mil assinaturas para o Projeto de Emenda à Constituição sobre os 10% da Saúde, do Governo Federal, para que se respeite os 10% que cabe ao Governo Federal. E, por último, Senhor Presidente, quero lhe comunicar que a Comissão de Saúde está reunida para fazer o primeiro esboço sobre esse projeto. A Comissão vai se reunir no final do mês de outubro em Vitória, no Espírito Santo, não sei se Vossa Excelência vai participar, e seria importante para nós começarmos a fazer o primeiro esboço desse projeto, para dar entrada em fevereiro, no Congresso Nacional. Era o que eu tinha a colocar e aproveito para parabenizar o Grupo Folha de Comunicação pela passagem do seu aniversário.

O Senhor Deputado Mecias de Jesus – Senhor Presidente, gostaria, inicialmente, de também cumprimentar o Grupo Folha pelos 29 anos que completou no domingo. A Folha é um jornal realmente necessário, isento, que traz a notícia da forma como ela realmente é. Quero parabenizar a todos os que fazem o jornal e dizer que temos a grata satisfação de comprá-lo, todos os dias, por ser um jornal verdadeiro. Quero, também, Senhor Presidente, em função do Requerimento que agora se discute de trazer aqui o Secretário da fazenda, sugerir que venham os empresários, aqueles que, realmente, são beneficiados com a lei. Eu gostaria de fazer um apelo a Vossa Excelência e ao Plenário, pois nós precisamos trazer aqui o Governador do Estado, pois ele é que de fato tem que falar sobre as finanças do Estado, não o Secretário da Fazenda. O Governador assumiu este Estado com dinheiro

no cofre, com muito dinheiro no cofre! Agora, cinco anos depois do início de seu mandato, ele reúne os poderes e diz que o Estado está quebrado. Como é que o Governador tem coragem de dizer que o Estado dele está quebrado e os Poderes não se manifestam. Nós precisamos tomar uma posição, Senhor Presidente, pois não podemos aceitar isso calados. O Estado está se acabando a cada dia, no entanto, por outro lado, vemos o desvio do dinheiro público, o governo gastando, comprando, melhorando, aumentando o seu patrimônio. Agora mesmo, soube de uma informação, que amanhã eu devo trazer ao Plenário para conhecimento, que enquanto o Governador diz que o Estado está quebrado, o próprio Governador usa o dinheiro público. O Estado está quebrado? Está certo! Há pessoas ficando trilionárias as custas do Governo do Estado. O Estado teve 600 milhões de superavit orçamentário este ano. Como o Estado quebrou? A que quebra o Governador se refere? Agora, acabo de receber uma mensagem de um amigo de São João da Baliza que informa que os donos dos motores, geradores independentes de energia, lá do Sul do Estado, acabaram de chegar hoje pela manhã e desligaram os motores em São João da Baliza, São Luiz e Caroebe, deixando a região sem energia. E, segundo ele, só vão religar quando o Governo pagar um ano de atraso no pagamento pelo fornecimento. O que está acontecendo? Para onde está indo o dinheiro do Estado? O Orçamento teve aumento, e aumento significativo sim, Senhor Presidente. Então, é importante que de fato os Poderes deste Estado, as instituições, e aí eu começo pela Assembleia Legislativa, o Ministério Público do Estado, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, a Defensoria Pública, se unam para que possamos defender este Estado, pois não é possível ficarmos calados enquanto o governador rateia o

orçamento da forma como ele quer. É um absurdo o que está acontecendo no nosso Estado. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Célio Wanderley – Senhor Presidente, eu só queria comunicar ao Deputado Joaquim Ruiz que, no mesmo Plenarinho, às 16h, nós já temos a convocação do Secretário da Fazenda e mais, a do Presidente do IPER, na terça-feira, dia 30. Então, nós já temos uma Comissão para este dia e eu já convidei todos os Deputados para participar, e sei que há interesse dos Senhores Deputados. Gostaria de pedir a Vossa Excelência para que pudesse transferir para antes, ou para depois, a sua reunião, evitando sobrepor essas questões, gerando outras que nós temos tratado há alguns dias, para podermos retirar dos convidados o máximo que nós pudermos de informação. E, também gostaria de parabenizar o Grupo Folha pelo aniversário e dizer que eu me sinto muito orgulhoso por ter um jornal, no meu Estado, como a Folha de Boa Vista. Parabéns ao Grupo Folha.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Não havendo mais nenhum Deputado que deseje fazer uso da palavra no Expediente de Explicações Pessoais, e não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão, convoco outra para o dia 24, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalsen Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 25/10/2012

SOS

HOSPITAL
DA CRIANÇA

FAÇA SUA PARTE !!!

**Doe alimentos
 não perecíveis e
 outros produtos.**

Informações e doações pelo telefone:

(95) 4009 5578

Realização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
 DO ESTADO DE RORAIMA

SOS



HOSPITAL DA CRIANÇA

FAÇA SUA PARTE !!!

**Doe alimentos
não perecíveis e
outros produtos.**

Informações e doações pelo telefone:

(95) 4009 5578

Realização



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RORAIMA